

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Jan – Dez 2021

APRESENTAÇÃO

2021 não foi um ano fácil! Passado o impacto inicial de se enfrentar uma pandemia em nível global, com o passar do tempo os desafios se acumularam: desemprego, inflação, demora na vacinação, a tristeza e a revolta com as vidas perdidas na segunda onda... Para os trabalhadores que conseguiram manter seus empregos, pressão por resultados, adoecimento mental, incertezas.

Durante todo o ano de 2021, a AFBNB esteve alerta, presente e atuante, tanto em defesa da vida e da saúde de seus associados quanto em defesa da saúde da instituição Banco do Nordeste, esta também ameaçada por ações implementadas na calada da noite, como a edição da Medida Provisória 1052/2021, que altera as regras dos fundos constitucionais de financiamento (FCO, FNO e FNE) e as taxas de administração das instituições que os gerem – Banco do Brasil, Banco da Amazônia (BASA) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB), respectivamente. A MP exigiu da Associação mobilização, articulação, diálogo e enfrentamento de forma a preservar os recursos do FNE e do próprio BNB, enquanto instrumentos de desenvolvimento da região e do País.

Este relatório traz um apanhado das principais ações da Associação no ano de 2021. Mais do que transparência e prestação de contas, é um convite à luta!

AFBNB 35 ANOS



No dia 04/02 a Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB) completou 35 anos de sua jornada. Uma história calcada nas diversas lutas históricas travadas nos mais diversos âmbitos, seja político ou trabalhista, mas sempre com o foco na defesa do Banco do Nordeste, de seus trabalhadores e do desenvolvimento regional.

Ao longo do mês divulgamos mensagens de congratulações enviadas por associados/as, representantes, parceiros de luta, dirigentes sindicais, além de artigos publicados na imprensa e no site da Associação. Os textos podem ser vistos em <https://www.afbnb.com.br/afbnb-35-anos/> e também na edição especial do Nossa Voz

dedicado ao assunto: <https://www.afbnb.com.br/afbnb-35-anos-a-forca-para-as-lutas-se-reafirma-a-cada-dia/>. Além disso, foi realizado um Programa Nossa Voz especial sobre a data.

LUTAS GERAIS

- A AFBNB se soma à luta contra o desmonte e em defesa dos Bancos Públicos, reiterando e apoiando as reivindicações dos sindicatos e dos trabalhadores do Banco do Brasil. Em janeiro, o Programa Nossa Voz retransmitiu debate sobre a importância das estatais e a reestruturação no Banco do Brasil, e no mesmo mês divulgou a paralisação promovida pelos trabalhadores do Banco do Brasil no dia 29 de janeiro em protesto à reestruturação anunciada pela Gestão do Banco. A medida previa o fechamento de centenas de agências, redução de outras, com a extinção da função de caixa e demissão de cerca de 5 mil funcionários. O dano social e econômico vai além: em muitos municípios o BB é a única instituição bancária a atender a população, o que não deixa dúvida de que o enfraquecimento da instituição prejudicará sobremaneira a todos, com forte impacto negativo para a economia local.

- Carta Aberta questiona Reforma Administrativa (PEC 32/2020) - em fevereiro, AFBNB, enquanto integrante dos debates promovidos pela Auditoria Cidadã, ratificou e publicizou os pontos abordados no documento Carta Aberta dirigida às autoridades do poder executivo e aos parlamentares questionando os argumentos e dados usados por autoridades para justificar a “reforma administrativa” (pec 32/2020). Além disso, solicitou aos associados atenção e mobilização para o debate em torno da reforma administrativa que impactará na vida de todos e no próprio desenvolvimento do país de maneira brutal. O documento pode ser lido em <https://www.afbnb.com.br/carta-aberta-questiona-reforma-administrativa-pec-32-2020/>

- No âmbito da interlocução da AFBNB com o Fórum Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social (FIDS), a Associação divulgou Nota elaborada pelo Fórum contra a consulta e o decreto que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas e o Prêmio Nacional Trabalhista. A AFBNB, enquanto entidade integrante do FIDS, subscreve a nota e reitera o entendimento do Fórum de que se trata de medidas inaceitáveis.

- Em março, atendendo a convite do Sindicato dos Bancários de Pernambuco, a AFBNB participou de Audiência Virtual pela defesa dos bancos públicos e estatais. A audiência pode ser assistida em <https://www.afbnb.com.br/afbnb-participa-de-audiencia-virtual-pela-defesa-dos-bancos-publicos/>

- A convite da Comissão de Legislação Participativa da Câmara Federal, a AFBNB participou, em maio, de audiência pública interativa com o tema “Reforma Administrativa e suas Repercussões nos Serviços Pública”. Rita Josina, diretora-presidente da Associação, reiterou o quão imprópria é a discussão da reforma administrativa no atual momento, lembrando o número de mortos por covid no Brasil e a falta de comando que o país enfrenta na pandemia: “A reforma administrativa é muito injusta porque ela acontece no momento em que deveríamos estar concentrando nossas forças em defesa da vida, em defesa de uma ampla campanha de vacinação, da imunização coletiva e de condições objetivas para que o país pudesse estar numa situação de enfrentamento mais confortável”, afirmou.

AÇÕES JUDICIAIS

- PLR 2012

O ano começou com boas notícias com relação à Ação impetrada pela AFBNB com vistas ao pagamento da diferença alusiva à participação nos lucros e resultados (PLR) de 2012. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) sentenciou mais uma vitória aos trabalhadores do BNB nos autos do processo Nr 0001973 54 2014 503 0013, negando os Embargos de Declaração interpostos pelo Banco, mantendo e confirmando assim a sentença favorável aos trabalhadores, proferida em setembro de 2020, por meio da qual condenou o BNB a pagar a verba pleiteada.

A Ação, que foi impetrada pela AFBNB em 2014 sob o número 0001973 54 2014 503 0013/2014 na 13ª Vara da Justiça do Trabalho em Belo Horizonte, decorreu do ajuste realizado pelo Banco no exercício de 2012, o qual ocasionou um incremento no lucro líquido, sem no entanto ter sido considerada a diferença do citado ajuste para efeito da PLR dos trabalhadores.

- DEMISSÃO COMPULSÓRIA 75 ANOS

Em fevereiro, a AFBNB ingressou na Justiça (Ação Civil Pública no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – processo nº 0010046-71.2021.5.03.0109) contra demissão compulsória no BNB dos trabalhadores que tenham completado 75 anos de idade, em decorrência da Emenda Constitucional 103, de novembro de 2019 – conhecida por “reforma da previdência”. A medida foi necessária uma vez que a interlocução com o BNB no intuito de contornar a situação pela via administrativa foi infrutífera, haja vista a justificativa do Banco de que a mesma se deu em cumprimento à determinação legal.

Em abril, a Juíza do trabalho, Clarice dos Santos Castro, da 3a. Região 30a. Vara do trabalho de Belo Horizonte (MG), em que tramita o processo, reconheceu a inaplicabilidade das medidas adotadas pelo BNB, ficando assegurados os direitos dos assistidos na ação jurídica, elencados como ‘causa de pedir’ no tocante ao vínculo de emprego, conforme fundamentado pela Associação nos autos da justiça. Dessa forma consta que o BNB deverá cumprir a sentença sob os seguintes aspectos: 1) Não demissão dos funcionários quando completarem 75 anos de idade; 2) Reintegrar os funcionários, assistidos no processo, que foram demitidos compulsoriamente em dezembro último(75 anos) com o pagamento dos salários e demais verbas e benefícios, respectivos; 3) Assegurar os direitos trabalhistas(vínculo de emprego) com base na legislação anterior aos funcionários que, embora já fossem elegíveis para beneficiários do INSS antes da EC103/2019, não tenham requerido, inclusive a reversão de eventuais casos de demissão decorrentes, com o devido pagamentos dos salários, benefícios e demais verbas respectivos.

- FGTS

Em abril, diante da possibilidade de julgamento das ações sobre correção do FGTS por outro índice que não a TR, por parte do STF, a AFBNB atualizou informações sobre a ação peticionada em fevereiro de 2014. A referida ação assiste aos associados de toda a área territorial em que a Associação atua, os quais mantinham vínculo(filiados) na data da petição. Dessa forma, a AFBNB se soma ao conjunto dos trabalhadores, entidades e demais atores nesta luta, na perspectiva de que a injustiça contida na questão seja reparada. A seguir reeditamos a matéria publicada com o registro do ajuizamento.

- TELETRABALHO

Em maio, visando a preservação da vida e da saúde de seus associados, a AFBNB ingressou com Ação Civil Pública (ACPCiv 0010345-15.2021.5.03.0023) requerendo a permanência no regime de teletrabalho aos trabalhadores do Banco do Nordeste do Brasil(BNB) para aqueles do grupo de risco que assim desejassem. No dia 31 de maio, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região concedeu liminar favorável à AFBNB, assegurando que o Banco tornasse facultativo o retorno ao trabalho presencial dos empregados com idade igual ou superior a 60 anos, após 3 semanas da 2a dose da vacina e também aos empregados que estão em teletrabalho e cujas escolas dos filhos retornaram as aulas presenciais, possibilitando-os a prática do teletrabalho já implementada pela empresa, até a data da sentença, sob pena de multa diária de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), calculada por empregado em que se verificar o descumprimento.

NO dia 28 de junho de 2021, a AFBNB foi oficialmente notificada acerca da suspensão dos efeitos da decisão liminar que garantia aos associados empregados do BNB a possibilidade de continuarem no trabalho remoto monitorado. A suspensão da liminar ocorreu em mandado de segurança impetrado pelo Banco no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. No referido mandado de segurança, o

Banco alega que a AFBNB não obteve autorização dos representados para promover a ação coletiva em defesa dos seus associados. Esse fato não é verdadeiro. A ação segue tramitando.

INSTITUCIONAL

- Em janeiro, diante da divulgação dos resultados do BNB, a AFBNB divulgou a nota “BNB, o papel estratégico de um Banco Público”.

- MPV 1052/2021 - Os resultados positivos, entretanto, não impediram que o Banco fosse duramente atacado pouco depois: em maio, foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União a Medida Provisória (MP) nº 1052/2021, que altera as regras dos fundos constitucionais de financiamento (FCO, FNO e FNE) e as taxas de administração das instituições que os gerem – Banco do Brasil, Banco da Amazônia (BASA) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB), respectivamente.

Pela MP, o governo federal direciona a redução da taxa de administração dos referidos Bancos pela operacionalização dos Fundos, ano a ano, de modo que em 2023 chegue a 0,8%, enquanto que pelas regras vigentes esse índice é de 1,5% para o mesmo período. Além disso, a MP determina queda drástica na taxa de administração daí em diante, chegando a 0,5% a partir de 2026, causando um forte impacto sobre a manutenção e sustentabilidade desses bancos, o que traduz duro ataque às instituições públicas, sobretudo as de caráter regional, no caso o BASA e o BNB, que têm nos Fundos Constitucionais (FNO e FNE) suas principais fontes de recursos, responsáveis pela maior fatia de aplicação. No caso do BNB, o FNE responde por mais de 70% do total dos recursos injetados na economia da região em que atua, que se estende do Maranhão ao norte dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

- A Associação dos Funcionários do BNB (AFBNB) de pronto buscou interlocução com a Associação dos Empregados do Banco da Amazônia (AEBA) para se contrapor à Medida:

- AFBNB e AEBA mobilizaram parlamentares com envio de notas e contatos com gabinetes; propuseram emendas; abordaram o tema na imprensa e realizaram atos políticos virtuais para discutir a MP: a AFBNB participou de lives; realizou Programas Nossa Voz sobre o assunto (um deles com a participação do economista Ladilsau Dowbor; outro com lideranças sindicais); participou por duas ocasiões do Programa Café com Democracia; do Programa O Povo Economia; publicou artigo na imprensa; foi fonte em diversas matérias na imprensa. Além disso, divulgou a Consulta Pública disponível no site E-cidadania, do Congresso Federal, sobre o assunto, estimulando os trabalhadores do Banco a votarem contra.

- No dia 10 de junho, realizou um ato político virtual, em parceria com a AEBA. Parlamentares federais, municipais, lideranças sindicais e de movimentos sociais das duas regiões participaram da live e foram unânimes ao afirmarem que os prejuízos da MP caso ela prossiga serão incalculáveis não apenas para os bancos – que correm o risco de serem implodidos – mas para as regiões em que aplicam os recursos dos fundos: o Norte e o Nordeste, no caso do FNO e FNE.

Participaram do ato contra a MP o Gerente Executivo de Rede e Distribuição do Banco da Amazônia, representando o Banco da Amazônia, André Vargas; os deputados federais: Dep. Federal Zé Carlos (PT-MA); Dep. Federal Vivi Reis (Psol – PA); Dep. Federal Bira do Pindaré (PSB – MA); Dep. Federal Airton Luiz Faleiro (PT-PA); Dep. Federal José Ricardo (PT AM); o Vereador do Município Belém/PA, Fernando Carneiro (Psol); os Representante dos trabalhadores no Conselho de Administração do Banco do Nordeste (BNB), Rheberny Oliveira; do BASA, Inácio Cruz e do Banco do Brasil, Débora Fonseca; o presidente da Associação dos Aposentados do BNB (AABNB), Edson Braga; o Secretário de Formação e Organização Sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), Carlos Augusto; o secretário-Geral da Contraf-CUT, Gustavo

Tabatinga Jr.; a Presidenta do Sindicato dos Bancários do Pará, Tatiana Oliveira (Caixa Econômica Federal); os presidentes dos Sindicatos dos Bancários do Maranhão, Eloy Natan Silveira Nascimento; de Tocantins, Ruy Ferreira Ramos; do Amazonas, Nindberg Barbosa dos Santos; de Bauru, Paulo Tonon; o Presidente Sindicato dos Bancários da Bahia e vereador de Salvador (PCdoB), Augusto Vasconcelos; o Diretor de comunicação do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Norte, Marcos Tinoco. O diretor da Caixa de Assistência do Funcionário do Banco da Amazônia – CASF, Francisco Carlos da Silva Neves; o representante de base da AFBNB em Imperatriz (MA), Antônio Jorge.

- Em junho, a AFBNB se reuniu com o deputado estadual Renato Roseno (Psol) e o assessor Afrânio Castelo, com o intuito de pautar o assunto no âmbito da casa legislativa, procedimento adotado também em relação aos demais Estados, Câmara Federal e Senado. O deputado, por sua vez, abordou o assunto no plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; fez duras críticas à matéria e destacou os impactos para a população mais pobre para desenvolver crédito e microcrédito.

- Em julho, a AFBNB se reuniu na Assembleia Legislativa do Ceará com o Deputado Moisés Braz (PT-CE) dando continuidade às diversas ações que giram em torno da luta contra a aprovação da MP 1052/21 e suas consequências para o papel dos Bancos Públicos. O parlamentar demonstrou sua preocupação em torno do assunto e que tem acompanhado as discussões junto a outras entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag). Moisés afirmou ainda que esforços serão feitos juntos às bancadas do nordeste e na própria AL para que o assunto possa ser pautado em audiência pública e falas junto a seus pares.

- No mesmo mês, a AFBNB participou de Audiência Pública [Online] em Defesa do Banco da Amazônia (BASA) Contra a Medida Provisória 1052/2021.

- A AFBNB divulgou entrevista feita com os ex-presidentes do BNB Mauro Benevides e Joao Melo, ambos contrários à MP.

- Em agosto, a AFBNB participa da live pelo canal da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), que teve como tema “Ameaça aos Bancos Públicos Regionais – MP 1052/21”. O evento teve a mediação da coordenadora da ACD, Maria Lúcia Fattorelli, o evento contou como debatedores a Diretora-Presidente da AFBNB, Rita Josina, o Presidente da AEBA, Gilson Lima e do professor de Economia Ecológica da UFC, Fábio Sobral.

- Em setembro, os esforços da AFBNB foram concentrados no enfrentamento da Medida Provisória 1052/21. Associação participou de reunião que abordou formas de mobilização com vistas à não aprovação da Medida, encontro se deu por iniciativa do gabinete do Deputado Federal Zé Carlos (PT-Maranhão).

- A AFBNB encaminhou aos deputados e senadores mensagem do Deputado Zé Carlos (PT-MA) pedindo aos parlamentares o engajamento pelo voto contrário à MP 1052/21. A Associação conclamou os entes políticos a se engajarem nas mobilizações pela não aprovação da matéria.

- No mesmo mês, a Associação participou de audiência pública sobre Medida Provisória 1052/21 na Câmara dos Deputados. Representando a AFBNB, participou da audiência a diretora-Presidente Rita Josina Feitosa.

- Em nota, a AFBNB destacou a aprovação da MP 1052 na Câmara sem os ataques aos Bancos Regionais e Fundos Constitucionais, após forte mobilização das entidades e da sociedade contra os ataques aos Bancos Regionais e Fundos Constitucionais.

- Em outubro, o Diretor Dorisval de Lima participou de live promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Correios, Telégrafos e Similares do Estado do Ceará (SINTECT-CE), na pauta a luta dos trabalhadores da empresa contra a entrega da estatal e a importância das instituições públicas como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o programa foi conduzido pela Lourdinha Felix, coordenadora Geral do SINTECT-CE.

- Outro tema que mereceu atenção redobrada por parte da Associação foi o programa de microcrédito do BNB. Em nota, a AFBNB repudiou sujeição do BNB e do Microcrédito em relação a entes políticos. No texto a Associação reafirmou que o "BNB não é moeda de troca da parafernália politiqueria! É sim, uma imprescindível instituição de desenvolvimento, cumpridora da sua missão em prol da sociedade, por isto mesmo, patrimônio desta." O assunto também foi abordado no Programa Mundo do Trabalho com participação da Presidente Rita Josina.

- A AFBNB solicitou reunião com o Banco sobre mudanças no Microcrédito do BNB, na oportunidade levantou ainda questões sobre como alterações vinham sendo repercutidas nos meios de comunicação e como podem acabar manchando a imagem do Banco e de seus trabalhadores.

DEFESA TRABALHADORES

PANDEMIA E DEFESA DA VIDA - Dando continuidade aos esforços em defesa da vida e da saúde dos trabalhadores do BNB, e da vacina para todos, a AFBNB seguiu realizando ações junto ao Banco nesse sentido. Todas as matérias produzidas sobre esse assunto estão agrupadas em <https://www.afbnb.com.br/a-vida-acima-de-tudo-vacina-para-todos-ja/>

- O ano começou com a divulgação da Eleição para Conselheiro Eleito dos Trabalhadores no Conselho de Administração do BNB. A AFBNB declarou apoio e destacou a atuação de Rheberny Oliveira, que foi eleito por ampla maioria (62,1% dos votos contra 37,9% da segunda candidata).

Durante o processo eleitoral, o diretor de comunicação da AFBNB, Dorisval de Lima, divulgou artigo de sua autoria intitulado "Tentativa de GOLPE na eleição Caref-BNB: a 'Pedalada Política' que saiu pela culatra", que pode ser lido em <https://www.afbnb.com.br/opiniao-tentativa-de-golpe-na-eleicao-caref-bnb-a-pedalada-politica-que-saiu-pela-culatra/> e no qual critica o pedido de impugnação do candidato Rheberny Oliveira feito por concorrentes.

- Em fevereiro, encaminhou ofício à Presidência e à Diretoria Administrativa do Banco do Nordeste do Brasil, reforçando a necessidade de ampliação do teletrabalho, inclusive para quem não é do grupo de risco, considerando a nova cepa de vírus em circulação no país e potencialmente mais contagiosa e perigosa entre os jovens.

- Em março, encaminhou carta aos secretários de saúde de todo o Brasil, ao Ministério da Saúde e aos parlamentares do Congresso Nacional no intuito de solicitar a inclusão dos trabalhadores bancários nos grupos prioritários de vacinação contra a Covid-19. Em ofício assinado pelo Secretário de Vigilância em Saúde, Arnaldo Correia dos Santos, datada de 23 de maio de 2021, o Ministério da Saúde negou a solicitação da AFBNB, mas a entidade seguiu seu trabalho e enviou novo ofício aos secretários municipais de saúde das capitais da área de atuação do BNB, numa ação que envolveu os representantes de base na mobilização para que a solicitação chegasse às demais secretarias municipais de saúde. Em julho, após várias perdas de trabalhadores bancários para a Covid, o Ministério da Saúde anunciou a inclusão dos trabalhadores bancários e dos Correios como prioritários no programa nacional de imunização (PNI).

- A AFBNB encaminhou ofício à presidência do BNB manifestando posicionamento contrário à implementação do modelo de avaliação Convergente, diante da presente situação de pandemia, com

a fundamentação de que fatores relevantes deveriam ser levados em consideração: a realidade do teletrabalho; a incompatibilidade de exercício de atribuições (conforme a função ou tipo de atividades realizadas presencialmente), além das próprias adversidades impostas pela realidade da moléstia em questão.

- Em março, o assunto foi novamente pautado, dessa vez em reunião com a gestão do Banco, quando solicitou que fosse prorrogado o prazo para informações referentes ao sistema 360º, bem como reiterou a inoportunidade da aplicação do Sistema Convergente pela circunstância de pandemia e também destacou a necessidade de interlocução junto ao Governo no sentido de assegurar a reposição de pessoal para que o Banco possa intensificar a convocação dos aprovados em concurso.

- Em abril, a AFBNB voltou a manifestar-se pela necessidade do adiamento da implementação do modelo Convergente, tratando-o como pauta de reunião com a gestão do BNB em nova reunião solicitada.

- Em março, dando prosseguimento às agendas de reunião (presenciais e virtuais) com a gestão do BNB, a AFBNB manteve uma agenda com o Banco em que tratou dos seguintes assuntos: FNE, avaliação de desempenho (Convergente), concorrência interna, pandemia corona vírus /teletrabalho, ocorrências funcionais; solicitou a suspensão dos empréstimos de férias e CDC, entre outros pontos. Os dirigentes da Associação enfatizaram a necessidade de intensificação das medidas protetivas no sentido de preservar as vidas diante da realidade de recrudescimento da Covid-19, inclusive pela grande incidência no ambiente bancário. Além disso, solicitaram a antecipação da verba alusiva à conclusão da participação dos funcionários nos lucros e resultados do Banco (PLR) – exercício de 2020 – previsto para realização após a assembleia geral de acionistas.

- Reestruturação das Centrais foi tema de ofício encaminhado pela AFBNB à Presidência e Diretorias Administrativa e Financeira e de Crédito do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), no qual apresentava questionamentos quanto ao processo de reestruturação na Centrais, a partir de relatos de trabalhadores do Banco, sobre procedimentos considerados inadequados.

- Em abril, a AFBNB realizou Assembleia Geral Ordinária (AGO) virtual para apreciação e deliberação do Balanço Patrimonial e Demonstrativo do Resultado do Exercício de 2020 – com o devido parecer do Conselho Fiscal – em atendimento ao disposto no Art. 17 do Estatuto Social da AFBNB. O relatório foi aprovado pelos associados com 96,65% dos votos assinalados favoravelmente.

- Em maio, buscou interlocução com o BNB visando a continuidade do teletrabalho. O assunto foi tratado em reunião com a gestão do BNB e por meio de ofício no qual fez a devida fundamentação reafirmando a intensificação das medidas preventivas e o retorno somente após o fim da situação de pandemia nos termos declarados pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

- Também em maio, foi realizada eleição suplementar de representante de base da AFBNB. Os eleitos para o mandato de 2021/2023 podem ser vistos em <https://www.afbnb.com.br/eleicao-suplementar-conheca-os-novos-representantes-de-base-da-afbnb/>

- A AFBNB participou de Encontro Online com Participantes da Capef, em maio. Ainda sobre as coligadas (Capef e Camed), a AFBNB divulgou nota na qual estimulava a participação dos associados na votação do Relatório Camed – exercício 2020, na perspectiva de cada vez mais fortalecer a Caixa Médica, bem como na atualização do Cadastro da Capef.

- No dia 17 de julho, a AFBNB realizou a 57ª Reunião do Conselho de Representantes de base (RCR), em ambiente virtual, com os temas: – Em defesa dos Bancos Públicos e dos Fundos Constitucionais;

- Por uma política de desenvolvimento regional;
- Não à medida provisória 1052/21.

No período da manhã, foi realizado um ato político com a participação de parlamentares e lideranças sindicais e à tarde discussões internas sobre organização, mobilizações, lutas e ações da AFBNB, com debates e plenária para as resoluções quanto aos direcionamentos da Associação.

- Preocupada com a situação financeira dos trabalhadores do Banco, a AFBNB solicitou ao Banco adiamento do pagamento do Empréstimo de férias e CDC por quatro meses em razão da pandemia. Medida semelhante foi tomada junto à Capef, para a qual foi sugerida a adoção de uma linha de crédito em caráter emergencial da ordem de um suplemento/salário (conforme o caso – aposentado/ativo) específica para esse contexto – sem que seja considerado no âmbito da política de EAP existente, com carência de pelo menos três meses e prazo de 36 meses, com uma taxa de juros bem mais favorável à que é praticada na modalidade existente.

- Em agosto, a Associação participou do 27º Congresso dos Funcionários do BNB. A AFBNB se fez presente sendo representada pelo Diretor de Comunicação e Cultura, Dorisval de Lima ao Congresso específico do BNB, o qual participou do momento inicial das atividades, no dia 7, e das discussões acerca da conjuntura, do BNB e do FNE, com ênfase na Medida Provisória 1.052/2021.

- No mesmo mês, a Associação participou de audiência sobre a Ação do Teletrabalho. A audiência foi conduzida pela juíza Tatiana Carolina de Araújo, do TRT da 3ª região. Na audiência a AFBNB destacou a inoportunidade da convocação para o retorno às atividades presenciais dos funcionários do chamado grupo de risco, mesmo vacinados com a 2ª dose.

- A Associação denunciou situação de casos de dispensa de funcionários da função em comissão e de demissão sem a observância de critérios na agência de Juazeiro (BA). A entidade reafirma que a implantação de uma política de Recursos Humanos transparente e com isonomia é bandeira histórica de sua atuação.

- Ainda no âmbito da valorização dos trabalhadores, a AFBNB realizou o seminário “Trabalho Bancário e Saúde Mental” que contou com a participação e mediação da psicóloga Solange Silva (UnB), que possui vasta experiência no campo da psicologia do trabalho, em especial com a categoria bancária. Além da questão da saúde o evento debateu situação atual das empresas e as condições de trabalho.